A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A DINÂMICA DA INCLUSÃO

JESSÉ GRILANDA BRITO

RESUMO

Esse artigo vem abordar reflexões acerca do tem de Educação Especial a dinâmica da inclusão. Educar pessoas com deficiência intelectual requer consciência e muita paciência. A percepção envolve um esforço consciente para escolher as atividades e palavras com sabedoria. Por exemplo, se um aluno demonstra talento artístico, incentive-o fornecendo tarefas voltadas para esse conjunto de habilidades. Além disso, escolher cuidadosamente as palavras reduzirá os problemas potenciais causados pelo vocabulário limitado dos alunos. A paciência é um componente integral para enfrentar os desafios educacionais mencionados. O professor provavelmente precisará repassar as aulas ou corrigir o comportamento inadequado de um aluno várias vezes.

Palavras-Chave: Comportamento; Consciência; Paciência.

ABSTRACT

This article addresses reflections on the Special Education theme and the dynamics of inclusion. Educating people with intellectual disabilities requires awareness and a lot of patience. Perception involves a conscious effort to choose activities and words wisely. For example, if a student demonstrates artistic talent, encourage him or her by providing tasks geared to that skill set. In addition, choosing words carefully will reduce potential problems caused by students' limited vocabulary. Patience is an integral component in meeting the educational challenges mentioned. The teacher will likely need to review the lessons or correct a student's inappropriate behavior several times.

Key words: Behavior; Consciousness; Patience.

INTRODUÇÃO

Pretende-se com este trabalho contribuir com um olhar mais aprofundado sobre a dinâmica da inclusão, que muitas vezes é feita sem planejamento, como mera ordem vinda de cima para baixo. Em um país como o nosso, em que a educação de qualidade é privilégio para poucos, pessoas com necessidades especiais precisam enfrentar inúmeras barreiras para alcançar a escolarização. O desconhecimento e a falta de informação levam ao preconceito, muitas vezes vivificado de forma cruel.

Além da aprendizagem em si, a escola tem que estar atenta para colaborar com a inclusão dos alunos na sociedade, e para dar suporte ao núcleo familiar que também enfrenta dificuldades para se comunicar com as crianças deficientes.

É papel do educador ajudar os indivíduos a se sentirem aceitos do jeito que são, sem que suas características particulares sejam apontadas como defeitos. Muitos estudos apontam a diferença qualitativa no desenvolvimento dos alunos que se sentem incluídos na escola – a começar pelos recursos arquitetônicos e curriculares.

A partir disto, pretende-se demonstrar também como faz diferença quando se planeja aulas realmente inclusivas, que dão conta de maneira flexível das necessidades de todos os alunos, sem exceções. Desta forma nos aproxima-se do objetivo maior de garantir a inclusão social como processo de adaptação da sociedade para receber os indivíduos que dela estão excluídos.

Nos últimos anos, várias pesquisas abordaram a importância da inclusão nas instituições de ensino, surgindo leis que incentivaram a sociedade olhar a realidade de muitas crianças que viviam à margem dela.

Em tempos atuais grandes esforços estão concentrados nas mudanças que devem ser produzidas para que os educandos com necessidades especiais possam vivenciar o momento da escola igual ao de pessoas sem nenhuma necessidade especial.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao Ensino Fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, assegurando, portanto, o mesmo direito

para as crianças com necessidades especiais, com atendimentos especializados complementares, de acordo com a vontade dos pais.

A partir do impacto da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), 9394/96, gerou-se a visibilidade quanto à existência e os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Quanto antes o diagnóstico puder ser feito e as intervenções necessárias realizadas, maior a chance de a criança com necessidades especiais progredir no âmbito escolar, social e afetivo.

TIPOS DE DEFICIÊNCIA

Transtorno do espectro do autismo

(ASD)

O Transtorno do Espectro do Autismo se refere a uma deficiência de desenvolvimento que afeta significativamente a comunicação (verbal e não verbal) e a interação social. Esses sintomas são geralmente evidentes antes dos três anos de idade e afetam adversamente o desempenho educacional da criança. Outras características identificadoras de pessoas com TEA são o engajamento em atividades repetitivas / movimentos estereotipados, resistência à mudança no ambiente e na rotina diária e respostas incomuns a estímulos sensoriais.

Surdo-cegueira

A surdez cegueira refere-se a deficiências visuais e auditivas concomitantes. Essa combinação causa graves necessidades de comunicação, desenvolvimento e educação que não podem ser atendidas por meio de programas de educação especial apenas para crianças com cegueira ou surdez.

Surdez / deficiência auditiva

Surdez significa que a deficiência auditiva de uma criança é tão severa que afeta o processamento de informações linguísticas com ou sem amplificação e afeta adversamente o desempenho educacional da criança. A deficiência auditiva se refere a uma deficiência (flutuante ou permanente) que afeta adversamente o desempenho educacional de uma criança.

Atraso de Desenvolvimento

Atraso no desenvolvimento é um termo designado para crianças do nascimento aos nove anos e é definido como um atraso em uma ou mais das seguintes áreas: desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento físico, desenvolvimento sócio emocional, desenvolvimento comportamental ou comunicação.

Distúrbio emocional

Perturbação emocional refere-se a uma condição que exibe uma ou mais das seguintes características durante um longo período de tempo e em um grau excepcional que afeta adversamente o desempenho educacional de uma criança:

- Incapacidade de aprender que não pode ser explicada por fatores intelectuais, sensoriais ou de saúde
- Incapacidade de construir e / ou manter relacionamentos interpessoais satisfatórios com colegas e professores
- Tipos de comportamento ou sentimentos inadequados em circunstâncias normais
- Um humor generalizado de infelicidade / depressão
- Uma tendência de desenvolver sintomas físicos ou medos associados a problemas pessoais ou escolares

O distúrbio emocional não se aplica a crianças socialmente desajustadas, a menos que seja determinado que tenham um distúrbio emocional.

Deficiência Intelectual

A deficiência intelectual é definida como um funcionamento significativamente abaixo da média da inteligência geral que existe ao lado de déficits no comportamento adaptativo e se manifesta durante o período de desenvolvimento da criança, causando efeitos adversos no desempenho educacional da criança.

Deficiências Múltiplas

Crianças com deficiências múltiplas são aquelas com deficiências concomitantes, como deficiência intelectual e cegueira ou deficiência intelectual e deficiência ortopédica. Essa combinação causa graves necessidades educacionais que não podem ser atendidas por meio de programas destinados a crianças com uma única deficiência.

Deficiência ortopédica

Deficiências ortopédicas referem-se a deficiências ortopédicas graves que afetam adversamente o desempenho acadêmico de uma criança. Deficiências ortopédicas incluem aquelas causadas por anomalias e doenças congênitas, bem como deficiências por outras causas (por exemplo, Paralisia Cerebral).

Outros problemas de saúde

Outras deficiências de saúde referem-se a uma limitação de força, vitalidade ou estado de alerta, resultando em estado de alerta limitado ao ambiente educacional de alguém. Essas deficiências geralmente são devidas a problemas de saúde crônicos ou agudos - incluindo epilepsia e síndrome de Tourette - e afetam adversamente o desempenho educacional da criança.

Deficiência de aprendizagem específica

A deficiência de aprendizagem específica refere-se a uma gama de distúrbios em que um ou mais processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão / uso da linguagem - falada ou escrita - estabelece uma deficiência na capacidade de ouvir, pensar, ler, escrever, soletrar e / ou cálculos matemáticos completos. Incluem- se as condições como deficiências perceptivas, dislexia (também discalculia, disgrafa), lesão cerebral, disfunção cerebral mínima e afasia do desenvolvimento. As deficiências de aprendizagem específicas não incluem problemas de aprendizagem resultantes de deficiências visuais, auditivas ou motoras, deficiência intelectual,

perturbações emocionais ou que sejam colocados em desvantagem ambiental / econômica.

Dano de fala / linguagem

Os distúrbios de fala ou linguagem referem-se a distúrbios de comunicação, como gagueira, dificuldade de articulação ou de linguagem / voz, que têm um efeito adverso no desempenho educacional da criança.

Lesão cerebral traumática

Lesão cerebral traumática refere-se a uma lesão adquirida no cérebro causada por forças físicas externas. Essa lesão resulta em deficiência funcional parcial ou total e / ou prejuízo psicossocial e deve afetar adversamente o desempenho educacional da criança.

Deficiência visual (incluindo cegueira)

A deficiência visual, que inclui a cegueira, refere-se à deficiência visual que, mesmo após a correção, afeta negativamente o desempenho educacional da criança. O termo “deficiência visual” inclui pessoas com visão parcial e cegueira.

A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

No Brasil, há uma luta intensa dos grupos sociais minoritários por seus direitos. O mundo ainda não está totalmente adaptado para que pessoas com necessidades especiais possam ter uma vida normal, sendo amparadas em suas dificuldades por meio do próprio povo e do Estado.

A escola é a base introdutória no mundo social. As crianças especiais devem ser acolhidas, se possível, por instituições de ensino regular. O sistema educacional brasileiro passa por uma série de modificações, visando a uma verdadeira inclusão educacional.

A realidade, tanto dos profissionais da educação de alunos, é marcada por relativismos e medos. Conseguir uma educação justa e menos preconceituosa da realidade é o primeiro passo para a inclusão educacional.

A escola e o professor têm um papel fundamental no processo educativo da vida de qualquer pessoa, principalmente das crianças com necessidades especiais, nomeadamente físicas. Há, no entanto, que se você tiver uma 'aparência' distinta, uma atenção maior do que o normal. Através da utilização de métodos eficazes e adaptados ao caso particular, é possível proporcionar capacitação, tanto no domínio cognitivo como no físico, incentivando a socialização e a autonomia dos alunos especiais.

Como afirma Silva (2003, p. 23):

Existe um investimento maciço no desenvolvimento de políticas nacionais, regionais e locais de formação continuada de professores. Porém, ressente- se de uma reflexão mais densa sobre quais formas e estratégias de formação continuada poderão contribuir para o professor ampliar sua gama de conhecimentos e constituir novas aprendizagens sobre o ser professor.

Portanto, a formação continuada de professores é fundamental para a contribuição de novas estratégias de ensino, ampliando os conhecimentos dos professores em relação a pedagogia que está sendo aplicada em sala de aula.

Paulo Freire (1996) não discute diretamente o tema de inclusão, mas no decorrer dos estudos percebe-se que sua pedagogia é centralizada no sujeito. Diante desta concepção acredita-se que a educação especial deva ser pensada de modo que o discente seja visto como um ser construtor de seu conhecimento, capaz de interagir, e que tenha materiais que estimulem suas habilidades.

No contexto de seu livro "Pedagogia do Oprimido", Paulo Freire (1996) procura conscientizar o docente do seu papel fundamental de problematizador da realidade do educando, de modo que suas vivencias façam parte deste processo para que de fato se tenha um significado na aprendizagem. Pois para Paulo Freire ensinar a pensar e problematizar sobre a realidade é a maneira mais correta de se produzir conhecimento, visto que, a partir daí o discente terá a capacidade de reconhecer-se como um ser social. “[...] aprender, é um processo que pode desafiar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador.” (FREIRE, 1996, p.24)

Desse modo, pode-se dizer que diante dos métodos de ensino do autista, este tem a necessidade de reconhecer-se como um ser social, e essa tarefa fica a cargo do professor alfabetizador, que por meio de metodologias centradas no aluno, tenha o objetivo de conscientizá-lo como construtor de seu conhecimento.

Diante de alguns artigos sobre educação inclusiva formam-se os elos de sabedoria e trabalho mútuo, tanto por parte dos docentes, quanto da família que precisa buscar materiais que estimulem o fazer da criança, levando em consideração o letramento que perdura por toda vida.

Para BARROSO (2005, p.11) “a democratização da escola pública, ou melhor, a sua refundação enquanto uma escola efetivamente popular - é uma tarefa

- desafio ainda em aberto para os educadores”. O projeto - aparentemente irrealizável - é construir uma educação pública que seja, ao mesmo tempo, democrática (extensiva a todos, indistintamente) e portadora de uma determinada qualidade, que seja

socialmente referenciada e distante da lógica excludente. Uma escola que consiga inserir as novas gerações num mundo inteiramente transformado e distante daquele que originou a sua universalização.

Uma das tarefas é identificar constantemente as intervenções e as ações desencadeadas e/ou aprimoradas para que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos os alunos. Isso exigirá novas elaborações no âmbito dos projetos escolares, visando ao aprimoramento de sua proposta pedagógica, dos procedimentos avaliativos institucionais e da aprendizagem dos alunos. É importante ainda uma atenção especial ao modo como se estabelecem as relações entre alunos e professores, além da constituição de espaços privilegiados para a formação dos profissionais da educação, para que venham a ser agentes co-responsáveis desse processo.

Afora ações para garantir que as escolas se constituam em espaços de aprendizagem para todos os alunos, na CF 88 (art. 205, inc. III) está previsto que o Estado deve garantir atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades educacionais especiais (Res. 2/01), preferencialmente na rede regular de ensino.

No Brasil, tradicionalmente, é a educação especial que tem se responsabilizado por esse tipo de atendimento. Nesse sentido, para Sousa e Prieto (2002, p.123), "tem-se previsto o „especial na educação referindo-se a condições que possam ser necessárias a alguns alunos para que se viabilize o cumprimento do direito de todos à educação". O que se tem como objetivo precípuo, portanto, é a defesa da educação escolar para todos como um princípio.

Se o princípio da educação inclusiva vem se fortalecendo desde meados da década de 1990, na prática é o modelo da integração escolar que ainda predomina.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um "novo paradigma", que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, consequentemente, nos sistemas de ensino. A ideia de ruptura é rotineiramente empregada em contraposição à ideia de continuidade e tida como expressão do novo, podendo causar deslumbramento a ponto de não ser questionada e repetir-se como modelo que nada transforma.

Quando o objetivo é o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, muito desse novo discurso tem servido para condenar práticas da educação especial, sem, contudo ressaltar que sua trajetória reflete em alto grau a marginalização a que foi submetida pelas políticas educacionais, o que a fez constituir-se também como alternativa com o poder de reiterar o isolamento social daqueles em atendimento por essa modalidade de ensino. Tem ainda aparecido como a grande vilã, responsável quase que isoladamente pela perpetuação de fortes mecanismos de resistência à escolarização de todos em escolas regulares. O que se pode denunciar, com certa garantia de que seja posição consensual, é o descaso com que muitos de nossos governantes ainda tratam a educação de pessoas com necessidades especiais.

Livros, artigos, seminários e congressos sobre Inclusão Escolar, têm sempre um caráter pedagógico em que quase nunca se fala das questões psicológicas que envolvem e que podem contribuir em muito para o sucesso da Inclusão Escolar. O curso de Pedagogia tem pouquíssimas matérias de Psicologia. Quando há, apenas são repassadas de forma rápida as teorias tradicionais. Um conteúdo atualizado e maior de Psicologia poderá ajudar a melhorar as relações dos professores com seus alunos por meio do conhecimento dos processos e etapas do desenvolvimento da criança, a construção de seus conhecimentos, como cada uma reage e modifica sua forma de sentir, pensar, falar e agir, o papel das interações sociais e do ambiente nesses processos. Esses conhecimentos dariam aos professores condições de pensar e agir com mais autonomia, de estruturar um ambiente educativo que permita a construção efetiva das competências consideradas importantes na cultura e desenvolvimento global da criança.

Ao longo de sua história, muitos psicólogos vêm pesquisando e elaborando teorias sobre o desenvolvimento do ser humano, o papel das interações sociais nesse desenvolvimento e sobre a aprendizagem. Nesse contexto, poderia se apresentar pelo menos três concepções psicológicas: a inatista - que supõe que o desenvolvimento humano é determinado por fatores genéticos, sendo que todas as características físicas e psicológicas de uma pessoa são herdadas geneticamente de seus pais; a ambientalista - que, ao contrário, acredita que a criança nasce sem que nada esteja determinado biologicamente, de maneira que o meio ambiente em que vive é que irá moldá-la, estimulá-la e corrigi-la segundo um padrão ideal de comportamento; a interacionista - que, diferindo das duas primeiras, considera que tanto os fatores biológicos como os ambientais são fundamentais para o desenvolvimento humano e não podem ser dissociados.

Mas o verdadeiro professor, consciente de seu compromisso e desafio ético de educar a todos que pertencerem ao seu alunado, primeiro o receberá e somente depois irá se informar, buscar o maior número possível de informações e recursos para promover o desenvolvimento global daquele aluno.

De modo geral, o bom educador reconhece que sua formação é permanente, contínua e flexível e que ocorre em salas de aulas das universidades, com o hábito e prática de leituras e de estudos, assim como também no dia a dia das escolas, na convivência cotidiana com colegas de trabalho, com seus alunos, com suas experiências familiares e na comunidade.

O bom educador preocupa-se com o seu processo de autoconhecimento, com a descoberta de conhecimentos e interesses próprios, com suas motivações pessoais. Ele se permite autoconhecer em suas habilidades e dificuldades, preparando-se bem para contribuir com a formação de qualquer aluno que venha a integrar sua sala de aula.

DESENVOLVIMENTO DE APRENDIZAGEM PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Aprender é um processo de mudança comportamental, resultante da experiência construída por aspectos emocionais, ambientais e neurológicos.

A aprendizagem, em seu aspecto global, é idêntica a cada aprendizagem; em seu aspecto particular, deve ser traduzido pela heterogeneidade dos dutos observados na aprendizagem em sala de aula, ou seja, cada um tem suas peculiaridades na hora de aprender. Os exercícios de aprendizagem, como armazenar e consolidar passaram por transformações e, atualmente, a base educacional é formada pela reflexão, pela busca, pela urgência de criar novos procedimentos.

De acordo com Mittler (2000, p. 25):

(...) no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

A educação, assimilada como prática comunitária e inserida em um contexto social, econômico e político, não é uma atividade neutra. A prática pedagógica, quando realizada dentro dos valores dominantes, reduz a exclusão social. Essa mudança traz benefícios para todos, garantindo direitos fundamentais em diversos níveis.

Assim, o ser humano que está incompleto em sua estrutura biológica é considerado deficiente. Historicamente, são determinados a serem incapazes e ineficientes no mundo do trabalho, educação e convívio com outras pessoas. Hoje, através do novo paradigma da inclusão educacional e social para o resgate da integração, a fim de construir uma sociedade mais justa e menos discriminatória.

A educação inclusiva é um movimento contemporâneo, que busca a inclusão de todos na rede regular de ensino, proporcionando igualdade de condições de acesso e permanência na escola, e que inclua não só inserir o aluno com necessidades especiais no ensino regular, mas proporcionar-lhe tanto acompanhamento técnico específico do ensino, visando sempre a busca pelo conhecimento.

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um contexto escolar. A opção por essa modalidade de ensino não significa negar as dificuldades dos alunos. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas sim como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, é possível ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência para todas as crianças. Preservar a diversidade apresentada na escola, presente na realidade social, representa oportunidade de atendimento às necessidades educacionais com ênfase nas habilidades, capacidades e potencialidades de educar.

A inclusão escolar, não é um processo fácil, mas sim um desafio. A escola trata de um novo tema, deixando de lado seu caráter seletivo. Escolas de qualidade são aquelas que propõem contextos educacionais em que todos os alunos tenham oportunidades de aprender, sempre respeitando a pluralidade de culturas, a complexidade da interação humana e o ideal de que todos os indivíduos tenham a mesma capacidade de inteligência.

De acordo com Strieder e Zimmermann (2000, p. 146):

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

Centros educacionais, locais onde se agregam valores, princípios e conhecimentos, todos os alunos aprendem, sejam estes portadores de necessidades especiais. A comunidade em geral, o ambiente familiar e demais agentes sociais devem ser impulsionadores do desenvolvimento e da inserção das pessoas com deficiência, tanto na escola como no mercado de trabalho e na vida social.

Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isso implica a flexibilidade ou

adequação do currículo, com modifcação das formas de ensino, metodologia e avaliação; Implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupo em sala de aula e na criação e adaptação de estruturas físicas que facilitem a entrada e circulação de todas as pessoas. É um desafo, fazer a inclusão, sem perder de vista que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, como também o desenvolvimento integral das pessoas com necessidades educacionais especiais.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A escola atual não oferece condições sufcientes para ser vista como uma escola realmente "inclusiva", porque quando se fala em escola inclusiva é necessário que este recinto tenha crianças partícipes e atuantes. Para que exista a educação inclusiva, é necessário haver educadores capacitados, uma escola adaptada às necessidades da criança com defciência, que necessita de atendimento especializado, como a Secretaria de Educação Especial (2004, p. 07) expõe:

A escola é um espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. É no dia- a-dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno.

Sabe-se que a participação da família tem uma parte importante, pois muitas vezes a rejeição começa dentro da própria casa.

De acordo com Mantoan (2010):

É preciso levantar a discussão para o caminho percorrido pela educação brasileira para concretizar seu "projeto inclusivo", que esbarrou em "equívocos conceituais e difculdades na reorganização pedagógica", os avanços da escola brasileira nessa direção têm acontecido de forma lenta, pois ainda há "muita resistência por parte das instituições à inclusão plena e incondicional, e isso ocorre por causa da inexperiência com a diferença" (MANTOAN, 2010, p. 13).

O sistema educacional brasileiro vem passando por signifcativas mudanças nas últimas décadas, e nesse contexto, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP, 2007) ressaltam em que: "o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica", que foi desencadeada "em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação":

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p.1)

A educação inclusiva tem um passado de segregação, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% das pessoas têm algum tipo de defciência, o que representaria 15 milhões de brasileiros, de acordo com o Censo do IBGE de 2000. Em 2004, a fm de aprimorar a formulação de políticas públicas, o MEC passou a defnir melhor as várias categorias de defciência (BIAGGIO, 2009, p.21).

Um novo desafo se impõe à prática docente na contemporaneidade, o trabalho em equipe, pois "o professor sozinho não pode de forma isolada transformar um centro educacional em espaço inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja um espaço inclusivo", é necessário colaboração e articulação entre toda a comunidade escolar, especialmente da família (DÍEZ, 2010, p. 21).

Percebe-se que a inclusão está presente cada dia mais em nossos cotidianos, dessa forma, a família e a escola devem caminhar lado a lado, para que a criança com necessidades especiais possa ter um acompanhamento adequado que contribuirá para o seu desenvolvimento integral e signifcativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com as mudanças que vem se consolidando no Brasil em relação aos tratamentos, intervenções e políticas públicas para pessoas com necessidades especiais, ainda é possível enxergar muitos desafos a serem transpostos pelos profssionais da educação em relação ao atendimento da criança e da família.

A família é entendida como elemento importante na rede de apoio, mas precisa ser qualifcada para apoiar e auxiliar no tratamento. Nem sempre a relação entre os familiares e os profssionais que atendem as crianças é harmoniosa, cabendo ao profssional propor estratégias que amenize e convide a família a juntos apoiarem e superarem.

Fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la, sumariamente, às situações discriminadoras. O assunto merece um entendimento mais profundo da questão de justiça. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os ho-

mens serem iguais e nascerem iguais.

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular.

As políticas educacionais não estabelecem uma remuneração descente para os professores, que são obrigados a trabalhar dois e até três turnos, para conseguirem manter sua sobrevivência, e a de sua família.

Ao falarmos em inclusão escolar temos que destacar a importância dessa inclusão para desenvolvimento social, para desconstrução de um imaginário social, e a representação deste imaginário no inconsciente dos indivíduos. Assim, inclusão escolar permitiria trabalhar os novos indivíduos que iram ditar as regras e padrões da nova sociedade que estaria se formando, por meio da nova geração. Através da convivência com as diferenças as crianças vão construindo o processo para inclusão social, um mundo melhor, no qual todos saem ganhando, e com isso, possibilitando falar em inclusão social real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994.

. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996.

. MEC. Secretaria de Educação Especial: Direito à educação: orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP. 1997.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº

5.296 de 02 de dezembro de 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão Escolar. Summus editorial. 4ª edição. SP, 2006 Pg. 16, 17, 36, 37, 39, 40, 41

MENDES, E. G. Construindo um "lócus" de pesquisas sobre inclusão escolar.

In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de.Temas em educação

especial: avanços recentes. São Carlos: EDUScar, pp.221-230, 2004.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva. Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

POKER, Rosimar Bortolini. Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta educacional. UNESP, 2001.363P. Tese de Doutorado.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação 1998.

STAINBACK, Susan Willian. Inclusão, um guia para Educadores. Porto Alegre:

Artmed, 1999.